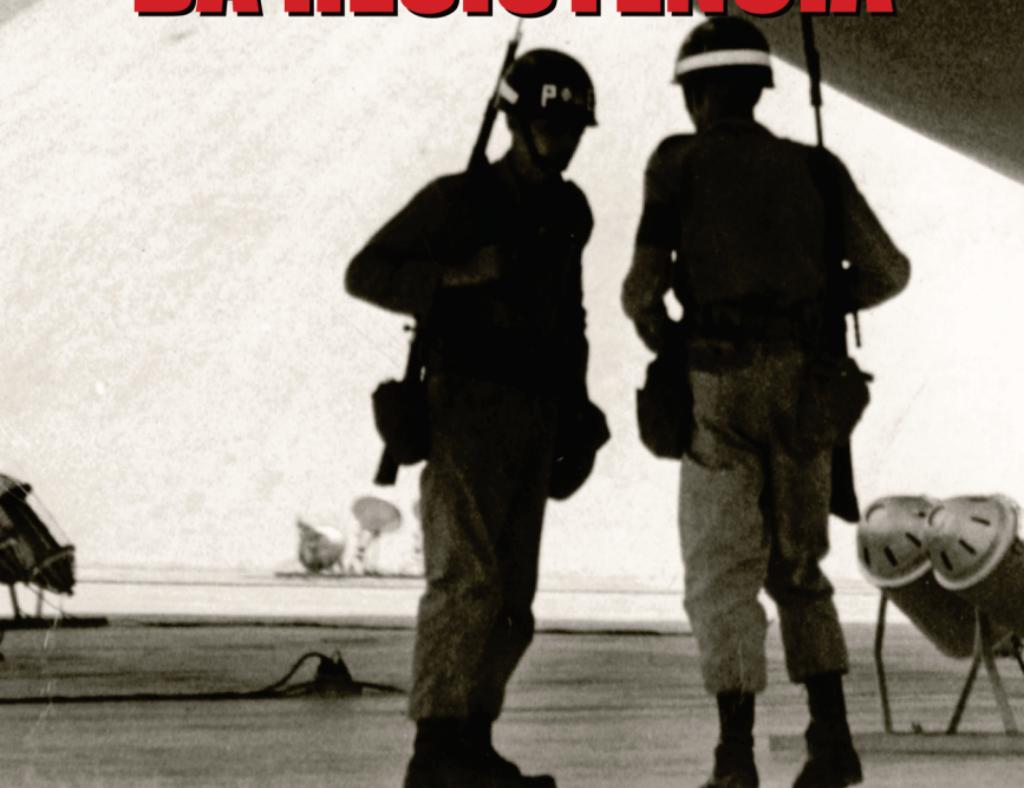


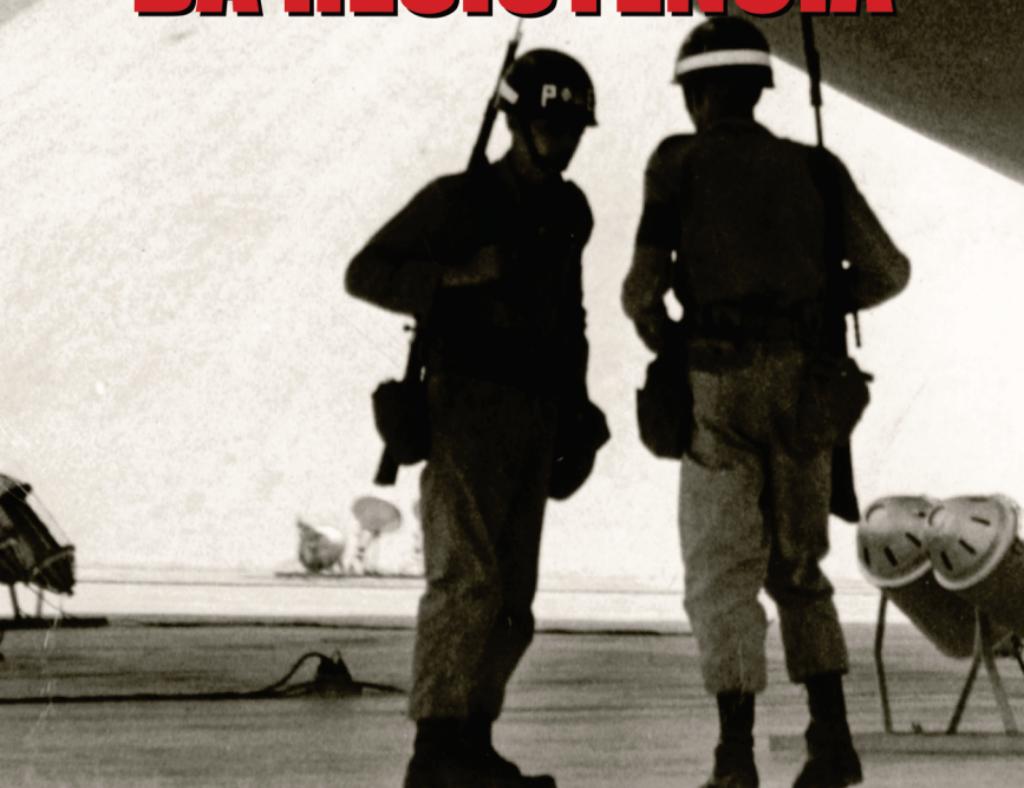
**A Ditadura no Brasil
1964 - 1985**

**A VERDADE
DA REPRESSÃO
A MEMÓRIA
DA RESISTÊNCIA**



**A Ditadura no Brasil
1964 - 1985**

**A VERDADE
DA REPRESSÃO
A MEMÓRIA
DA RESISTÊNCIA**



Dilma Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil

Michel Temer
Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

Pepe Vargas

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Carlos Augusto Abicalil

Secretário Executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Ivan Akselrud de Seixas

Coordenador do Projeto Direito à Memória e à Verdade
da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Ficha Técnica

Curadoria da Exposição e Textos: Rosina Duarte

Equipe técnica do projeto Direito à Memória e à Verdade da SDH/PR
Silvan Carlos de Azevedo Campos e Jacqueline Silva

Projeto Gráfico da Exposição: Rosana Pozzobon

Projeto Gráfico da Cartilha: Cleber Mariano Pinto

Produção e montagem e das exposições:

Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação – Alice

Imagens

Iconografia: Agência F4, Agência Estado e Arquivo Nacional

Senado Federal: Roosewelt Pinheiro, Geraldo Magela, Célio Azevedo/Agência Senado

Arquivo: Senado Federal, Radiobrás, JB

Textos/Divulgação: Rosina Duarte e Luana Dalsotto

Agradecimentos: Equipes do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Distrito Federal

Distribuição Gratuita

Edição 2015

APRESENTAÇÃO

A defesa da Democracia se faz com a preservação da Memória de nosso país

Esta exposição tem um grande valor histórico e um grande valor ético e político. Ao ser concebida e realizada cumpriu a tarefa de mostrar ao país a face mais dura e sangrenta de um período violento de uma ditadura, que massacrou a população e cometeu muitas atrocidades.

Sua importância é mostrar que ditaduras são formas de governo que devem ser abominadas e nunca aceitas pelas sociedades evoluídas. Ditaduras tiram a liberdade dos cidadãos, censuram a cultura, a arte e as manifestações mais sensíveis dos intelectuais. Essa censura esconde a corrupção, que só a Democracia permite conhecer integralmente. E os casos de corrupção foram muitos naquele período, mas a população não podia conhecer.

Ditaduras tiram o direito de organização da sociedade, de manifestação individual ou coletiva, roubam o direito de livre circulação dos cidadãos e cidadãs, invadem os lares das pessoas e cometem todas as violências sem dar o direito de defesa ou de reclamação. Ditaduras são o reino da violência e da morte, pois cometem crimes de tortura e assassinatos, com a impunidade garantida pelo medo imposto pelas forças repressivas. É o que as leis internacionais definem como o Terrorismo de Estado. E no Brasil foram cometidos muitos crimes pelo Estado ditatorial por longos vinte e um anos seguidos. E isso deve ser lembrado sempre.

Conhecer esse passado é fundamental para que a sociedade possa rejeitar repetições e possa construir um país melhor para nossos jovens de hoje e para todos os que vierem no futuro. Todas as pessoas que conhecem essa história têm condições de contestar as manifestações da cultura da violência e intolerância. Só assim se pode viver em uma sociedade politicamente avançada e culturalmente evoluída.

Pepe Vargas

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República

PROJETO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

O Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República inaugurou seus trabalhos em 29 de agosto de 2006 com a abertura da exposição fotográfica “Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil – 1964/1985”, no hall da taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília; e já conta com 5 exposições, 11 Memoriais e 7 livros publicados, todos dedicados à denúncia das violações dos direitos humanos cometidas pela ditadura militar, o resgate da memória dos perseguidos, presos, banidos, exilados, cassados, mortos e desaparecidos e a busca da verdade pública sobre os fatos, visando consolidar o estado democrático de direito.

1) Memoriais das Pessoas Imprescindíveis

2) Exposições:*

- Direito à Memória e à Verdade: a Ditadura no Brasil 1964-1985
- Rubem Paiva (não tens Epitáfio pois é Bandeira)
- A ditadura no Brasil 1964-1985: A verdade da repressão. A memória da resistência
- Memória Camponesa: 1946-1988
- Ausências Brasil

3) Publicações:*

- Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007
- Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar, 2009
- Luta, Substantivo Feminino, 2010
- Retrato da repressão política no campo. Brasil 1962-1985, 2^a edição 2011
- Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013
- Japuara: um relato das entranhas do conflito, 2013
- João sem terra: veredas de uma luta, 2013

*Disponível no site www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual





O golpe militar de 1º de abril de 1964 depôs o Presidente da República João Goulart, eleito democraticamente pelo povo; violou a Constituição Federal; fechou o Congresso Nacional; cassou mandatos de parlamentares, prefeitos e governadores; invadiu, depredou sindicatos, entidades estudantis e perseguiu lideranças. Apenas em 1964 prendeu cerca de 50 mil pessoas e instalou, com o apoio de segmentos conservadores da sociedade, a ditadura militar que durou até 1985.





1964

6
7
8
9
0



O Congresso Nacional fechado

Logo após o golpe de 1º de abril de 1964, uma Junta Militar assumiu o poder político, ignorando a Constituição Federal, editou o Ato Institucional nº 1 em 09/04/1964, cassou 40 mandatos de deputados e senadores e impôs ao Congresso Nacional a homologação do nome de um marechal para exercer a Presidência da República, o que se tornou norma com o Ato Institucional nº 2 de 27/10/65 que, também, extinguiu todos os partidos políticos, substituídos a seguir pela Arena e o MDB. Por três vezes o Congresso Nacional foi fechado.



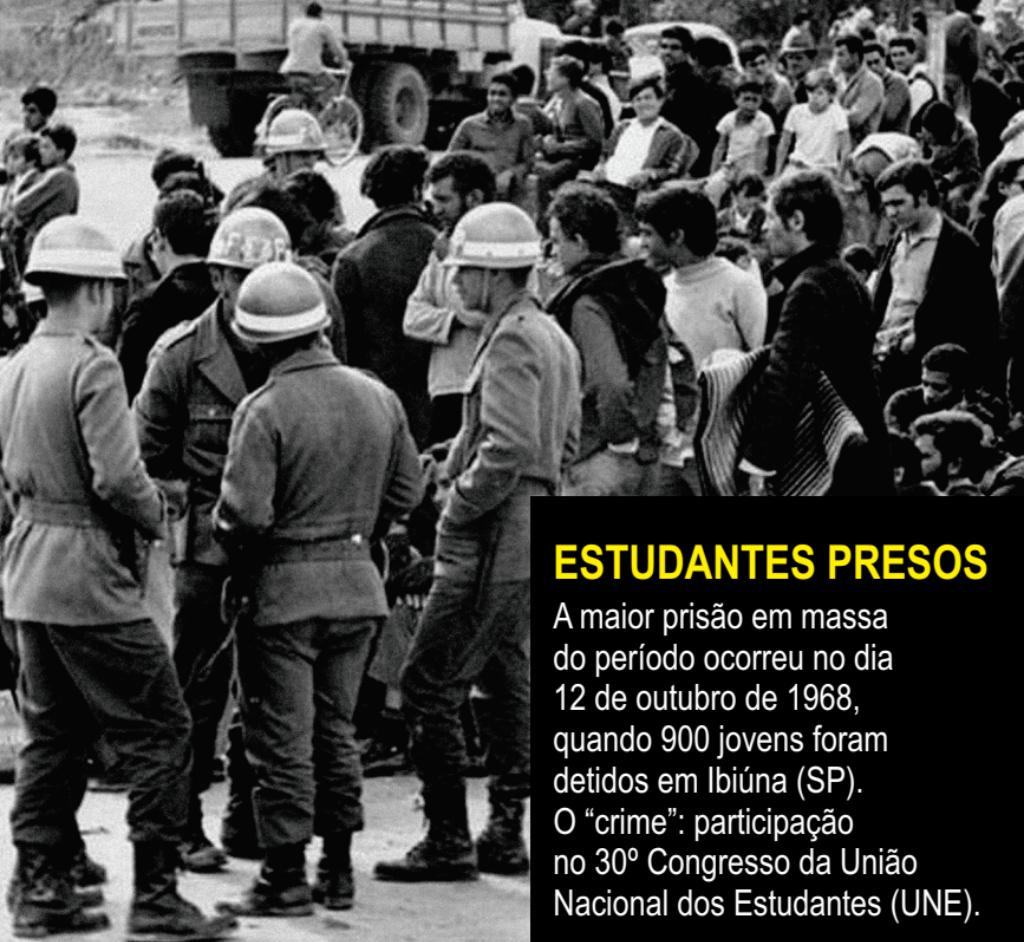
60
60
60



Resistência estudantil

O movimento estudantil – que clamava por liberdade nas ruas – foi duramente reprimido. Em um desses embates, a polícia matou o estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, de apenas 18 anos, no Rio de Janeiro. Em protesto, estudantes e populares saíram às ruas na passeata dos 100 mil.





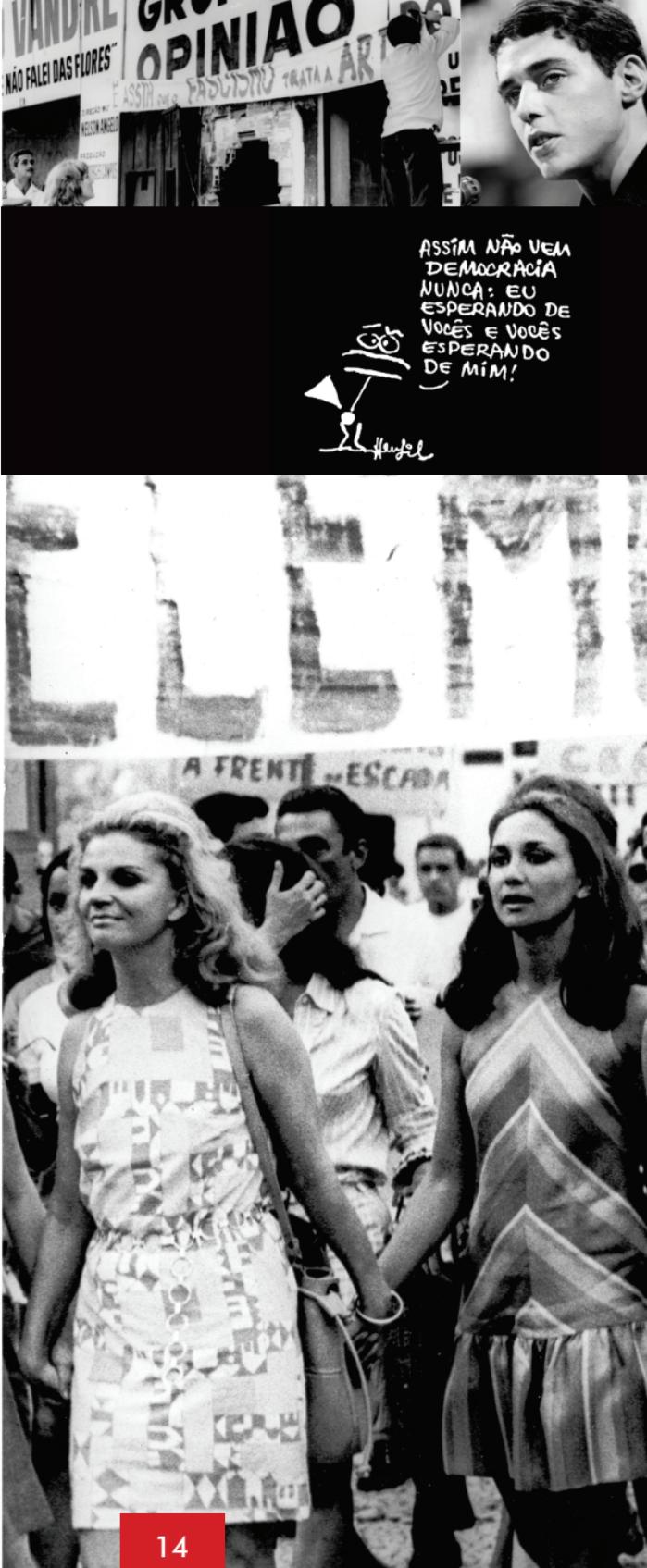
ESTUDANTES PRESOS

A maior prisão em massa do período ocorreu no dia 12 de outubro de 1968, quando 900 jovens foram detidos em Ibiúna (SP). O “crime”: participação no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE).



resistência

Cultural





Artistas, escritores, jornalistas e outros segmentos da intelectualidade não aceitaram a mordaça do regime, insurgindo-se contra a censura e lutando por liberdade de expressão. Músicas, filmes, livros, peças teatrais e jornais desafiaram os ditadores. O Teatro de Arena representou uma espécie de refúgio para quem defendia a liberdade.





1968 Resistência operária

GREVE DE CONTAGEM: Iniciou em abril de 1968 com a paralisação dos metalúrgicos e a ocupação da Belgo Mineira, que se espalhou por outras empresas. Foi a primeira grande manifestação da classe operária contra o arrocho salarial e por liberdade sindical. Com a greve, inaugurou-se um novo modelo de sindicalismo, após o golpe militar de 1964, baseado na organização dos trabalhadores nas fábricas. A ditadura militar se viu obrigada a negociar, e, apesar da repressão policial, os grevistas ganharam um reajuste salarial de 10%.

GREVE DE OSASCO: Iniciou em julho de 1968 com a ocupação da Cobrasma, que também repercutiu em outras empresas. Assim como em Contagem, combinou a ação no interior das fábricas com a atuação combativa do sindicato. A repressão policial e militar foi violenta, com desocupação de fábricas, intervenção no sindicato e prisão das lideranças.





Tortura Assassinato Exílio



O Ato Institucional nº 5, imposto pelos militares em 13 de dezembro de 1968, foi um mecanismo legal arbitrário que tornou ainda mais cruel a ditadura já existente. O AI5 fechou o Congresso Nacional, cassou mandatos parlamentares, perseguiu, prendeu, torturou, exilou e baniu milhares de brasileiros e brasileiras, instaurando o terrorismo de estado.



1969-75 Resistência armada

A liberdade foi defendida com unhas e dentes no Brasil. Ao longo dos 21 anos da ditadura dezenas de organizações de esquerda combateram o regime. Agindo na clandestinidade promoveram ações armadas e capturaram diplomatas estrangeiros, especialmente para trocar por presos políticos que estavam sendo torturados e assassinados nas prisões.

Carlos Marighella



Foi deputado federal constituinte pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em

1964. Fundador e comandante da Ação Libertadora Nacional (ALN), fuzilado em São Paulo por forças policiais e militares em 4/11/1969.

José Porfírio Souza



Foi deputado estadual do PTB, em Goiás, cassado em 1964. Camponês, líder da guerrilha Trombas e

Formoso-GO, na década de 1950, quando militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Dirigente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Desaparecido político desde 7/7/1973, em Brasília

Carlos Lamarca



Capitão do Exército, desertou em 1969 assumindo a resistência à

ditadura. Comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e, depois, do MR-8. Assassínado em Pintada-BA, em 17/9/1971

Carlos Alberto Soares de Freitas



Dirigente da Vanguarda Armada Palmares (VAR-Palmares).

Preso no Rio de Janeiro, em abril de 1971, e, desde então, desaparecido político.

Paulo Stuart Wright



Foi deputado estadual pelo PSP, em Santa Catarina,

cassado em 1964. Dirigente da Ação Popular Marxista Leninista (APML). Preso em São Paulo, em setembro de 1973, e até hoje desaparecido político.

Mário Alves



Dirigente do PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, assassinado sob tortura em 17/01/1970.



1972-74 Guerrilha do Araguaia

Na selva do Araguaia, ao sul do Pará, instalou-se o principal foco de guerrilha, ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Os guerrilheiros mantinham boas relações com a população local e eram militantes bem formados, desnorteando as tropas militares com táticas criativas e profundo conhecimento da região. Foram necessárias três investidas das tropas e 10 mil homens para acabar com 69 guerrilheiros.

Apenas seis sobreviveram.



Maurício Grabois Principal comandante militar da Guerrilha do Araguaia e dirigente do PCdoB. Morto em combate, próximo à Serra das Andorinhas, em 25/12/1973.



Dinalva Oliveira Teixeira Foi a única mulher a alcançar um posto de comando na guerrilha do Araguaia. Segundo informações, foi executada após prisão, em julho de 1974.



Dirigente do PCdoB e um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia. Sobreviveu à repressão militar que desestruturou a guerrilha, mas foi fuzilado por agentes militares do DOI-CODI, em 16/12/1976, em São Paulo (SP), no episódio conhecido como "Chacina da Lapa".

DESAPARECIDOS POLÍTICOS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA
Sul do Pará - 12 de abril de 1972 a 05 de Janeiro de 1975
PCdoB - Partido Comunista do Brasil



Helenira Rezende Vice-Presidente da UNE que se tornou guerrilheira no Araguaia, desaparecida política desde setembro de 1972.



A resistência à ditadura contou com o apoio da ala progressista da Igreja Católica. Bispos como Dom Helder e Dom Evaristo Arns tonaram-se símbolos desta luta e as comunidades eclesiásias de base colocaram-se claramente contra o regime. O Movimento Ecumênico, com a participação de igrejas protestantes, também teve uma participação importante.

A resistência das Igrejas





1979 Retomada da luta sindical

A greve dos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema (SP), iniciada em 13 de março de 1979, representou um marco no sindicalismo, com a emergência de novas lideranças como Luis Inácio Lula da Silva. A greve foi severamente reprimida e a diretoria do sindicato destituída e presa, mas os operários resistiram, apoiados pela população. A partir desta greve a classe trabalhadora passou a atuar de forma autônoma na luta contra o regime militar.



Oposição legal

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

foi o único partido de oposição legal à ditadura militar, desde 24/03/1966 até fins de 1979. Em vários momentos

deste período, representou o sentimento popular oposicionista: o discurso do deputado Marcio Moreira

Alves denunciando a repressão policial; a anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República e a apresentação da proposta da Anistia Amplia, Geral e Irrestrita (1979).

O MDB abrigou partidos políticos clandestinos, como o PCB, que teve muitos dos seus militantes e dirigentes assassinados pela ditadura: Davi Capistrano da Costa, Elson Costa, Nestor Veras e outros.

anistia

1979

"Se você fizer um furo em uma barreira,
a água se encarrega de trazer tudo",
(Terezinha Zerbini, ex-presidente
do Movimento Feminino pela Anistia)

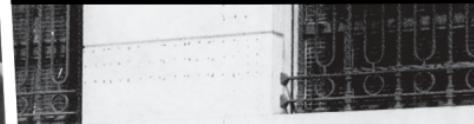




Conquista popular

A Anistia foi uma conquista do povo. Por meio de grandiosas manifestações, articulações políticas, civis e internacionais, o Brasil clamou pela anistia ampla, geral e irrestrita. Na esteira da mobilização, os presos políticos promoveram uma greve de fome de 32 dias. Embora

bem menos abrangente do que o esperado, a Lei da Anistia abriu alas para o processo de transição.



DCE-LIVRE
UFSCAR PELA ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA !!!
UMESC - PELA CONSTITUINTE LIVRE DEMOCRATICA !!
E SOBERANA !!

“Não encontrei nenhum perigoso terrorista, apenas jovens idealistas que lutavam por suas convicções.” (Declaração do Senador Teotônio Vilela – MDB – após visita a presos políticos em greve de fome, 1979)

**S
S
E
M
B
R**

1985



A retomada da democracia no Brasil ocorreu a conta-gotas. Depois da Anistia, veio a campanha pelas "Diretas Já", com comícios gigantescos, e, em 1988, o Congresso Constituinte. Entretanto, o primeiro presidente da república civil foi eleito pelo Congresso Nacional, em 1985.

Comissão Nacional da

VERDADE



2011

Resgatando a memória e a verdade, o país adquire consciência superior sobre sua própria identidade, e a democracia se fortalece.



www.direitoshumanos.gov.br



facebook.com/direitoshumanosbrasil



twitter.com/DHumanosBrasil

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SCS-B Quadra 9 Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A - 10º andar
CEP 70308-200 - Brasília/DF - Brasil
Fone: +55 61 2027-3579 / 3820